



**XIX  
CONBRACE**  
**VI CONICE**  
08 a 13 de setembro de 2015  
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE  
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:  
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO  
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

## METODOLOGIAS DE PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER: REVISANDO O CONBRACE 2009, 2011, 2013 e 2015<sup>1</sup>

Felipe Canan  
Fernando Starepravo  
Lara Larissa  
Paulo Lacerda  
Rhaylla Gimenes de Lima Martins

### RESUMO

*Este estudo é parte de ampla investigação que tem a finalidade de traçar um panorama dos métodos e das metodologias de pesquisa em Política Pública de Esporte e Lazer (PPEL). Especificamente, com base em orientações da pesquisa documental, o estudo em questão mapeou os tipos de metodologias de pesquisa disponíveis nos trabalhos publicados no GTT de Política Pública do CONBRACE de Salvador-2009 e Porto Alegre-2011 com vistas à reflexão de como esses caminhos colaboram para o entendimento da Política Pública de Esporte e Lazer.*

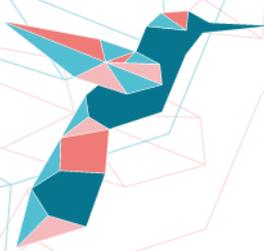
*PALAVRAS-CHAVE: Método de pesquisa; política pública; esporte; lazer.*

### INTRODUÇÃO

Parece-nos consensual a ideia de que a Política Pública de Esporte e Lazer (PPEL) tem assumido importância no cenário nacional, fato já destacado nos estudos de Linhales, Pereira Filho (1999); Da Rosa, Mezzadri (2011); Amaral, Pereira (2009); Húngaro et al (2009), Starepravo et al (2009). Tais pesquisadores reforçam o entendimento de que desde a Constituição de 1988 até a implementação do Ministério do Esporte, em 2003, houve avanços significativos, fato comprovado pelo aumento do número de projetos e programas sociais, pela repercussão que a própria mídia tem dado ao tema e pelo aumento de grupos de pesquisa que estudam esta temática, além das publicações. Em complemento, Starepravo (2013) destaca que o aumento da quantidade desses estudos tem se materializado tanto no Grupo de Trabalho Temático de Política Pública (GTTTPP) do Conbrace quanto em revistas como *RBCE*, *Movimento*, *Licere*, *Pensar a prática*, entre outras.

Se de um lado temos acompanhado este crescimento, Húngaro et al (2009) advertem acerca da qualidade dessas pesquisas, de sorte que é preciso criar estratégias de como qualificar estes estudos. Para eles, é importante alavancar e qualificar a compreensão de cidadania, melhorar o entendimento sobre o Estado no capitalismo maduro, estudar a relação

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



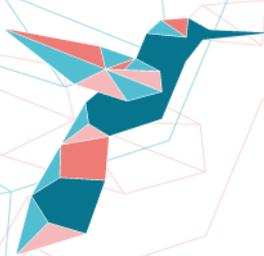
público privado, o campo do financiamento e dar vazão ao GTTPP, além do Conbrace. Mediante esta denúncia de uma realidade que se constitui ao mesmo tempo como importante e deficitária, fruto do processo necessário para o amadurecimento e fortalecimento deste campo investigativo é que trazemos à baila outra temática de igual importância: a questão metodológica. Esta questão veio à tona a partir de reflexões que nos convidaram a pensar sobre a relação entre quantidade e qualidade de trabalhos, bem como dos tipos de estudos utilizados na investigação sobre política pública de esporte e lazer.

No sentido de dialogar e contribuir com o debate em PP nos propusemos partir de um projeto amplo, cuja finalidade é traçar um panorama dos métodos de pesquisa em Política Pública de Esporte e Lazer. Por se tratar de uma pesquisa complexa ainda em andamento, nos ateremos em apresentar os dados já concluídos referentes aos Conbrace's de Salvador (2009) e Porto Alegre(2011). O texto está estruturado da seguinte maneira: parte do delineamento metodológico do estudo; apresenta questões basilares à compreensão da política pública como subcampo do conhecimento; reconhece o GTTPP do Conbrace como espaço legitimador e disseminador de pesquisas; repercute sobre os desafios metodológicos para o GTTPP com foco em três aspectos (polissemia teórico metodológica; carência de referencial teórico específico; estudos horizontais/superficiais) e, por fim, as considerações finais. Com esta pesquisa, pretendemos fazer um inventário dos tipos de estudo disponíveis e refletir em que medida tais técnicas colaboram para a compreensão da Política Pública de Esporte e Lazer.

## DELINEAMENTO DO ESTUDO

Este estudo apresenta resultados que integram uma pesquisa quanti-qualitativa (TRIVIÑOS, 1987), cujo objetivo é traçar um panorama das metodologias e dos métodos de pesquisa em Política Pública de Esporte e Lazer.

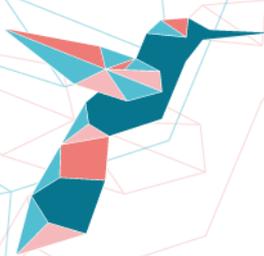
Para tanto, valeremo-nos de dois tipos de pesquisa como forma de coleta de dados: a pesquisa bibliográfica, neste caso representada pelos livros e artigos que nos auxiliam na estruturação básica deste estudo, e a pesquisa documental, por entendermos que, tanto os anais do Conbrace, quanto as informações disponíveis no site do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE), referem-se a documentos que muito têm a nos dizer sobre a história da constituição deste subcampo. Assim, estamos tratando os anais do GTT 12, dos Conbraces de 2009, 2011, 2013 e 2015, como documentos. Contudo, nesse trabalho, focaremos apenas os dados referentes aos Conbraces de 2009 e 2011.



Como primeiro exercício de coleta fizemos a compilação do título, das palavras-chave e dos autores. A proposta inicial era tomarmos como referência trabalhos que trouxessem no título ou nas palavras-chave os termos “esporte” e/ou “lazer”. Após a aplicação desse critério, percebemos a exclusão de uma série de trabalhos que não tinham esses termos, mas que tratavam de estudos em PPEL. Com base nisso, consideramos um segundo critério de inclusão: o resumo. Desse modo, incluímos todos os trabalhos que tratavam efetivamente de pesquisa que envolviam o esporte e lazer, ficando ausentes as demais temáticas que, embora tratassem de política pública, não se enquadravam neste estudo. De posse dessas informações, construímos o desenho do estudo a ser explorado, conforme tabela abaixo:

Quadro 1: Desenho do estudo

<b>Metodologia</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sim</li><li>2. Não</li><li>3. Confusa</li></ol>
<b>Natureza da pesquisa</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Quantitativa</li><li>2. Qualitativa</li><li>3. Quanti-Qualitativo</li><li>4. Não Informado</li></ol>
<b>Tipo de pesquisa</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Estudo de caso</li><li>2. Relato de experiência</li><li>3. Bibliográfica</li><li>4. Descritiva</li><li>5. Hermenêutica</li><li>6. De campo</li><li>7. Documental</li><li>8. Cartográfica rizomática</li><li>9. Genealógico</li><li>10. Participativa</li><li>11. Empírica</li><li>12. Exploratório</li></ol>
<b>Instrumentos de coleta de dados</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Diário de campo</li><li>2. Entrevista (estruturada)</li><li>3. Entrevista (semiestruturada)</li><li>4. Entrevista (não definida)</li><li>5. Entrevista direta</li><li>6. Grupo Focal</li><li>7. Categoria/ Indicadores</li><li>8. Fonte de informação estruturada</li><li>9. Fonte de informação Não estruturada</li><li>10. Observação assistemática</li><li>11. Observação direta</li><li>12. Observação</li><li>13. Questionário</li><li>14. Entrevista em profundidade</li><li>15. <i>Surveys</i></li></ol>

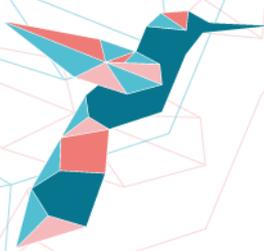


<b>Análise de dados</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sem referência</li><li>2. Triangulação de dados</li><li>3. Contraste</li><li>4. Categoria de análise</li><li>5. RPEV</li><li>6. Modelo conceitual/implementação</li><li>7. Cenários</li><li>8. Estatístico descritivo</li><li>9. Análise de discurso</li><li>10. Análise de conteúdo</li></ol>
<b>Paradigma</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Materialismo</li><li>2. Sociológico</li><li>3. Rizomático</li><li>4. Biopoder</li></ol>
<b>Financiamento</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sim</li><li>2. Não</li><li>3. Fonte</li></ol>

A construção inicial deste desenho de estudo baseou-se nas contribuições de Gil (2007) e Triviños (1988), os quais categorizam os métodos de pesquisa quanto a sua natureza, tipo, instrumento de coleta, amostra e análise. Ainda, nessa direção, os autores apresentam o detalhamento para cada uma destas categorias. O que fizemos foi a adaptação que permitiria agregar novos indicadores e nomenclaturas, na medida em que a leitura de cada artigo foi realizada.

Nesta proposta de mapeamento dos métodos utilizadas no GTTPP, incluímos o nome dos autores que serviram de base para os pesquisadores elaborarem seus estudos, além de acrescentarmos outros dois indicadores, quais sejam: se possuem referencial teórico assumido objetivamente e se o estudo foi financiado ou não e por quem, quando for o caso. Por fim, as palavras-chave foram listadas na ordem em que se apresentavam nos anais, bem como dos autores, respeitando-se a ordem em que aparecem no cabeçalho do artigo.

Nesta versão preliminar analisaremos dois indicadores: um que trata da orientação metodológica utilizada, neste caso, se os trabalhos possuem ou não uma metodologia definida e apresentada na estrutura do artigo; e outro indicador é sobre a matriz teórica adotada, como critério de inclusão e exclusão. Para ambos os casos, adotamos o critério que vamos chamar provisoriamente de objetividade metodológica, entendida como aquela em que o leitor consegue se guiar pela metodologia, independentemente de uma interpretação subjetiva.



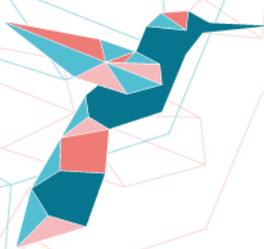
## NOTAS SOBRE A ÁREA DE POLÍTICA PÚBLICA COMO (SUB)CAMPO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Segunda Arretche (2003), o crescimento dos estudos em políticas públicas no país é fato inegável. Isso se deve pelas seguintes questões: multiplicação de teses e dissertações correlatas às políticas governamentais; disciplinas inseridas em programas de graduação e pós-graduação; linhas de pesquisa específicas nos programas de pós-graduação; ampliação das linhas de financiamento via agências de fomento; inclusão da área em uma das temáticas da Associação Brasileira de Ciência Política (ABPC) e, por fim, o GTT de política pública com presença marcante na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs).

Na congruência desses fatos, Arretche (2003) ainda pondera que este crescimento e desenvolvimento ocorrem a partir de 1980, muito embora ainda vistos como “[...] institucionalização e expansão dessa subdisciplina no Brasil” (p. 7). A autora sustenta esta afirmativa a partir da premissa de Thomas Khun para quem o pressuposto básico à consolidação de um paradigma se constrói a partir de um corpo teórico-metodológico robusto, cuja finalidade reside no entendimento de que tais argumentos auxiliem na análise dos fatos importantes a serem observados, mitigando a crença em fatos para explicações científicas. Isto equivale a dizer que ao superar a crença na *doxa* para explicações baseadas em teorias e técnicas metodológicas permite-se maior aproximação entre uma comunidade de pesquisadores que se reúnem para debater, dialogar e/ou refutar os fatos a partir de novas perspectivas.

Melo (1999) complementa dizendo que a história da constituição dessa área do conhecimento estrutura-se influenciada pelo pensamento político brasileiro a partir das questões pertinentes ao Estado nacional. Do ponto de vista da produção acadêmica, ou nos dizeres dele, da “onda” de produção acadêmica, nota-se o marco nos idos dos anos de 1960. Naquele período, o Estado ainda era tratado de modo geral e monolítico; já em uma versão contemporânea, abriu espaço para uma produção sustentada empiricamente na forma de um Estado globalizante. Ainda, outro aspecto importante destacado por Melo (1999) é o caráter interdisciplinar da produção científica. No conjunto desses fatos o autor também corrobora com o entendimento da política pública como subdisciplina, a saber:

Na ausência desse aparato, dificilmente pode-se falar em disciplina acadêmica no sentido literal de uma comunidade que exerce controle (“disciplina”) sobre padrões de qualificação profissional, qualidade de produção e condita de seus membros,



além de controle de recursos organizacionais como acesso a carreiras. (MELO, 1999/63)

Em sintonia com Melo (1999), Souza (2002) ratifica a afirmativa de que a área de política pública está em expansão no Brasil. Entretanto, o fato dela ainda ser vista como subdisciplina, ou o fato desta questão ainda estar colocada como subdisciplina, aponta para a direção de sua jovialidade, a qual traz consigo os riscos de estudos mais horizontais do que verticais, de reduzido diálogo entre os pesquisadores, de baixa tradição metodológica e da proximidade da área com os órgãos do Governo, este último legitimado, muitas vezes, via agência de fomento ou pelas ações setoriais no próprio Governo. Os documentos do GTT de Política Pública, do Conbrace, contribuem para pensarmos nessa questão.

#### O GTT DE POLÍTICA PÚBLICA NO CONBRACE

Criado em 1997, juntamente com os demais grupos de trabalhos temáticos (GTT) no Conbrace de Goiânia-GO, o GTT de Política Pública possui a característica de contribuir com:

Estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer. Estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotados na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à Educação Física, Esporte e Lazer. (CBCE, 2015, s/p)

Embora os GTT's tenham sido criados apenas em 1997, o debate acerca da política pública não se efetivou apenas por esta ocorrência, pois, como informado na página oficial do CBCE, esta temática já estava presente desde 1985, trazendo questões tanto de natureza pública e privada, quanto governamental e não governamental. Entretanto, o próprio CBCE esclarece que inicialmente prevaleciam debates que tocavam diretamente as políticas públicas governamentais, ao mesmo tempo em que tinha característica mais panfletária do que acadêmica. Contudo, atualmente, as questões pertinentes a este GTT têm buscado cada vez mais se consolidar como campo de investigação acadêmica/científica do que panfletária. Isto porque cada vez mais se observa a adesão dos mais diversos pesquisadores e grupos de estudos dispostos a dialogar com a política pública no Brasil.

Um trabalho interessante desenvolvido pela equipe do CBCE no GTT de política pública é o exercício de recuperar o histórico deste GTT a partir da memória dos ex-



coordenadores do grupo. Na página principal do GTT 12 existem duas entrevistas: uma da Profa. Sílvia Cristina Franco Amaral e outra do Prof. Fernando Mezzadri. Para a Profa. Sílvia Amaral, o ano de 2005 se circunscrevia com importantes acontecimentos, entre eles a 2º Conferência Nacional de Esporte, oportunidade também de discutir os pressupostos para um sistema nacional de esporte e lazer. Outro aspecto a ser considerado, embora ela não tenha tratado de forma específica, foi o reflexo das políticas esportivas e de lazer focado na realização de megaeventos esportivos, tendo em vista que, em 2007, o Brasil iria sediar os Jogos Pan Americanos já com evidências de pleitear a Copa, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Como aspecto contraditório, o CBCE reconheceu que naquele momento o envolvimento acadêmico ampliou-se, trazendo novas demandas e responsabilidades para as Universidades e seus pesquisadores, embora, nessa ampliação, o Comitê Científico do CBCE tenha percebido, segundo o relato da professora Sílvia Amaral, que houve diminuição de pesquisadores engajados no Comitê Científico do CBCE. Além dessa informação, outro dado muito importante para nosso estudo remete ao fato de que, em 2005, apesar do novo cenário, ainda era pequeno o número de grupos de pesquisa focados em debater de forma específica as políticas públicas de esporte e lazer. Complementa, aludindo que havia poucos estudos e que também não se configuravam dentro de uma agenda de pesquisa. Não obstante a isto, ainda existia, de certo modo, a tendência por um único modelo de análise.

Outro importante elemento a ser considerado, e muito bem lembrado pelo Prof. Fernando Mezzadri, deu-se em paralelo com seu primeiro ano à frente da coordenação deste GTT, em 2003. Neste momento iniciava-se um novo curso no contexto político brasileiro, que foi a primeira gestão da era Lula e a criação do Ministério do Esporte que, pela primeira vez na história do país, ascendeu à categoria de ministério específico para o esporte, não mais vinculado a outros ministérios. Tais elementos trouxeram, na percepção do professor, grande repercussão no GTTPP, fruto da efervescência que as novas ações governamentais estavam implementando.

## OS DESAFIOS METODOLÓGICOS NA PESQUISA EM POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER

Ao discorrermos acerca dos desafios metodológicos na pesquisa em política pública, gostaríamos de retomar três trabalhos basilares no que tange à análise da produção nessa área: as contribuições dadas por Linhales e Pereira Filho (1999); Húngaro et al (2009); e Amaral e

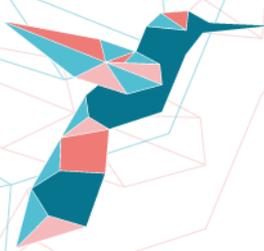


Pereira (2009).O estudo de Linhales e Pereira Filho (1999) trouxe grande contribuição no sentido de apresentar a estrutura deste subcampo no país perto dos anos 2000. Os autores constataram que os trabalhos pesquisados tinham como características a necessidade da denúncia da realidade, a necessidade de intervenção no viés da democratização das interpelações entre Estado/Sociedade e a edificação do entendimento ao direito de cidadania. Os autores analisaram as políticas a partir de três eixos: o primeiro eixo de autores que mostravam as contradições existentes nas políticas públicas, especialmente as de cunho populista, clientelista e eleitoreiro; o segundo eixo como desmobilização popular, sobretudo na ditadura militar; e o terceiro eixo remete aos estudos que corroboram na construção da ideia de direito social.

Por sua vez, a pesquisa de Húngaro et al (2009) envolveu a análise de trabalhos apresentados no GTT de Políticas Públicas de 1997, no Conbrace de Goiânia até o Conbrace de 2007, em Porto Alegre. Esses autores concluíram que a maior parte dos trabalhos apresentados eram do tipo relato de experiência e relatos exitosos. Além disso, os pesquisadores observaram o baixo valor científico, questionado, principalmente, pela dificuldade de “distanciamento” do objeto de estudo. A síntese do trabalho remete às contradições de um subcampo investigativo que, embora tenha dado passos importantes, ainda é frágil em sua estruturação, fragilidade esta verificada pela pobreza das análises, ausência da disciplina de Política Social na formação em Educação Física, hostilidade à teoria, ecletismo teórico metodológico e estudos meramente descritivos.

Por último Amaral e Pereira (2009), que analisaram a produção de 1999 a 2009 sobre a temática foco deste trabalho, selecionaram 159 artigos das revistas *Movimento*, *RBCE* e *Motrivivência*. As questões norteadoras do trabalho questionaram se o que se produz na área pode ser caracterizado como pesquisa científica e quais dimensões/características que estes artigos apresentam. De modo semelhante ao apresentado por Húngaro et al (2009) e em consonância com Linhales (1999), verificou-se um número representativo de material com estudos de natureza teórica, percebidos de forma ideal; outros, de natureza autodenominada histórica, mas com pouca repercussão analítica. Os autores ainda constataram um número igualmente representativo de estudos descritivos.

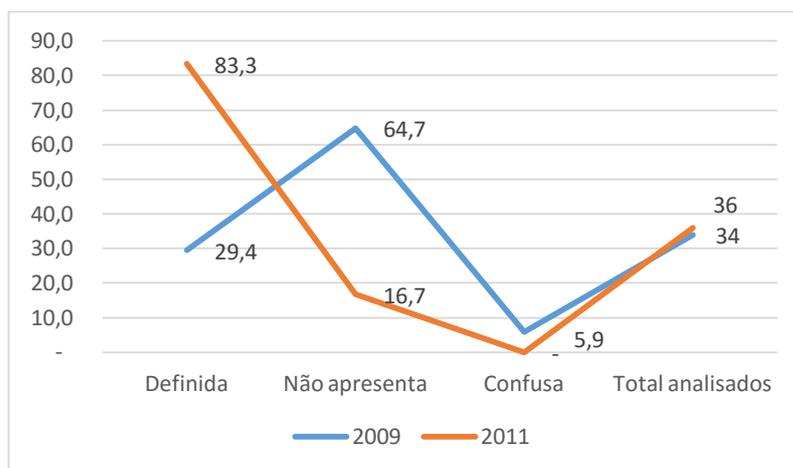
É evidente que o esforço em sintetizar estes trabalhos nos remete ao risco do reducionismo ou, de modo oposto, ao da generalização. Contudo, a proposta foi trazer essas pesquisas a fim de compreendermos como este subcampo tem se constituído, ao mesmo



tempo em que pretendemos dar sequência a tais questões, com foco no aspecto metodológico. Partimos do entendimento que metodologia é o estudo do método e que o método é uma técnica utilizada em diferentes metodologias ou, mais precisamente, o caminho utilizado para chegar-se a determinado fim (GIL, 2008). Em outras palavras, com base em Tomanik (2004), **o método** é o procedimento capaz de permitir conhecer o objeto. Dito de outro modo, o método permite avaliar a adequação de cada afirmação que se proponha a ser uma descrição de um fenômeno ou processo (natural ou social). Logo, afirma o pesquisador, o método (base de cada argumentação) possibilita a elaboração de uma afirmação e a compreensão da estrutura e do funcionamento do objeto estudado com a realidade em que ele se encontra, e a metodologia é a parte das ciências que se ocupa da descrição, da análise e da avaliação dos métodos.

Também elegemos como pressuposto que a metodologia e os métodos de pesquisa são instrumentos que qualificam as pesquisas científicas, ao mesmo tempo em que dão suporte para validação ou não de hipóteses e problematizações guiadas pelo objetivo do estudo pretendido. Nesse aspecto, um dado nos chamou atenção, conforme o gráfico abaixo.

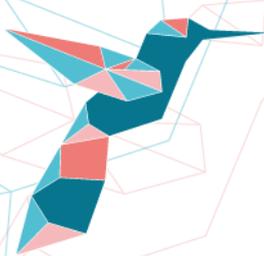
Gráfico 1: Definição metodológica<sup>2</sup>



Fonte: Anais dos Conbraces de 2009 e 2011.

Embora estejam completos os dados dos Conbraces de 2009 e 2011, a continuidade da pesquisa prevê a coleta de dados nos anais do Conbrace de Brasília (2013) e de Vitória (2015). Quantitativamente, ainda não é possível prever tendência de melhora nos

<sup>2</sup> Critérios estabelecidos para os quatro indicadores: 1) definida – quando o autor define textualmente o método utilizado em qualquer parte da estrutura do artigo; 2) não apresenta – quando o autor não define textualmente a metodologia do trabalho; 3) confusa – foram as situações em que não nos permitiram concluir se o trabalho apresentava ou não metodologia, categoria criada pela nebulosidade metodológica apresentada no texto; 4) total analisados – inclui todos os trabalhos que se encaixaram no escopo do estudo e que fossem no formato comunicação oral.



dados metodológicos apresentados, contudo, do ponto de vista de uma análise qualitativa, inquieta-nos o fato de que apenas 29% dos trabalhos, em 2009, apresentaram definição metodológica clara e que 65% dos estudos simplesmente não apresentaram textualmente uma orientação metodológica, comportamento completamente alterado em 2011.

Também verificamos que os dados se materializam de forma horizontal, uma vez que os estudos são artigos de opinião de pouca profundidade, dado que vai ao encontro dos estudos apresentados por Linhales (1999), Húngaro et al (2009) e Starepravo (2011 e 2013). Outrora, mesmo que a metodologia não tenha sido redigida em alguns artigos, percebemos que há trabalhos oriundos de métodos não explicitados no estudo, bem como; artigos de relato de experiência, trabalhos que visam marcar uma posição ideológica, além de poucos estudos verticais e propositivos. Outra questão, que toca na orientação teórico-metodológica a partir de uma abordagem epistemológica (definida, seja por autores específicos ou por estrutura de pensamento/análise), também reforça as constatações acima.

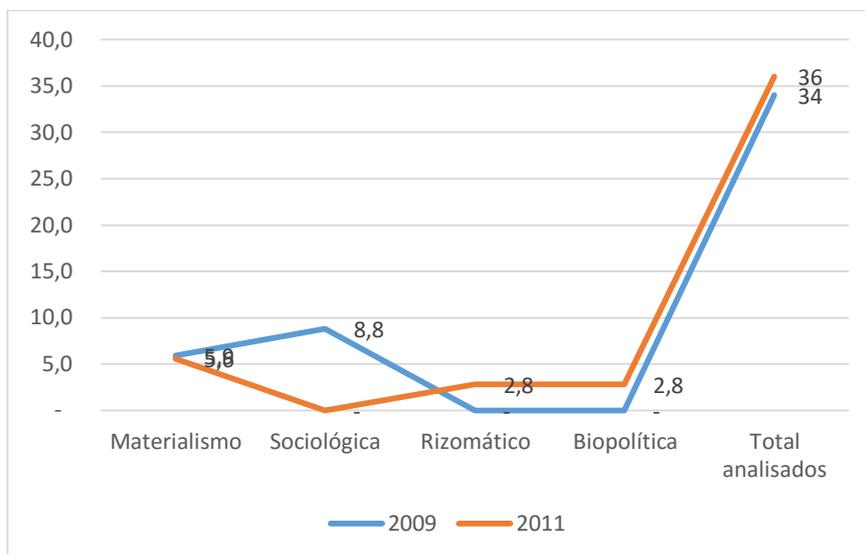
É válido explicitar que o critério de inclusão e exclusão para aquilo que estamos chamando de referencial teórico específico remete aos estudos que assumem, seja no resumo, na introdução ou na metodologia, um referencial teórico específico. A fim de correr menos risco, adotamos o critério objetivo de inclusão, ou seja, somente computaram-se neste indicador os pesquisadores que se autodenominaram pertencentes a determinado tipo de referencial. Lembramos que não estamos trabalhando com nenhuma categoria a priori; ao contrário, estamos nos valendo de uma das proposições de Bourdieu (1998) quando sugere que devemos nos livrar dos cães de guarda vigilantes a metodologias fechadas e preestabelecidas, desprovidas de flexibilidade e de sensibilidade quanto à necessidade de inclusão de novos dados/informações no decorrer do próprio estudo.

Por isso, talvez nomenclaturas e denominações podem causar estranhamento, uma vez que pretendemos preservar os dados o mais próximo possível da realidade apresentada. Após esta contextualização de como trabalhamos com as informações, apresentamos dois gráficos, um que apresenta os referenciais teóricos encontrados em 2009 e 2011 e outro gráfico adaptado de Malina<sup>3</sup> et al (2015), que também analisou as mesmas produções neste período, mas de um ângulo diferente.

---

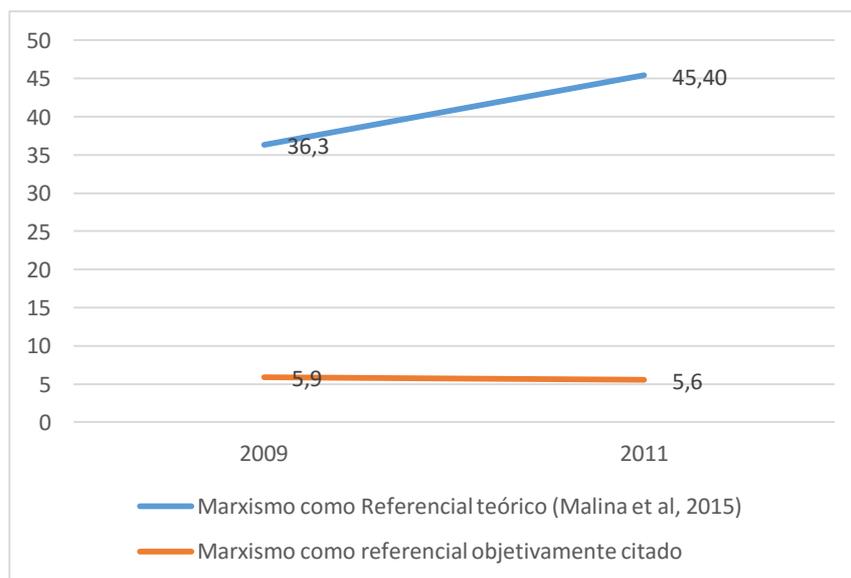
<sup>3</sup> Trata-se de um estudo que será apresentado no Conbrace de 2015, entretanto, o material foi autorizado pelos autores para utilização nesse momento.

Gráfico 2: Referencial teórico específico



Fonte: Anais dos Conbraces de 2009 e 2011.

Gráfico 3: Referencial teórico específico comparado



Fonte: Anais dos Conbraces de 2009 e 2011; Malina et al (2015)

Quando nos baseamos no critério objetivo de análise (conforme esclarecido) dos 70 trabalhos analisados 11 deles marcam um referencial teórico específico, muito embora, reiteramos que ao analisar de outra forma, outros dados são possíveis, como no gráfico 2. Outro registro é a inclusão no ano de 2011 de dois estudos com paradigmas ainda pouco convencionais nas pesquisas em PPEL, que é a abordagem foucaultiana, chamada pelos autores de biopoder e a abordagem rizomática, tendo como autores Guattari e Deleuse.



Sobre o gráfico 2, Malina et al (2015) reforçam aquilo que já fora constatado por Starepravo (2011), de que no subcampo do GTTP do Conbrace existe preponderância do referencial marxista, questão implicitamente observada em nosso estudo. Por outro lado, quando tratamos os dados de forma objetiva, verificamos, por exemplo, o aumento daquilo que optamos por chamar de abordagem sociológica, menção aos estudos capitaneados nesta amostragem por Pierre Bourdieu e Nobert Elias, muito embora saibamos que as contribuições marxistas são também de natureza sociológica, mas que, como categorias analíticas, adotaremos uma da abordagem sociológica e outra do materialismo histórico.

Ao estabelecer o critério objetivo de inclusão dos artigos na metodologia por nós utilizada, constatamos que a abordagem sociológica foi mais predominante que a marxista, contudo, quando, ao analisar subjetivamente o referencial teórico adotado, Malina et al (2015) apresentam resultado totalmente diferente: 36%, em 2009 e 45,5em 2011. Isto equivale a seis vezes mais trabalhos na metodologia utilizada por Malina et al (2015). Por outro lado, ela não aparece em nenhum trabalho em 2011, mostrando a carência de pesquisadores e de grupos de pesquisas atentos para a necessidade de dar vazão aos estudos de forma exponencial.

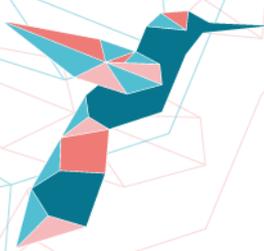
Mas, ao contrário do que possa parecer, a questão central aqui não é o tipo de estrutura de pensamento ou corrente teórica utilizada, mas sim, o inverso; em 2009 e 2011, dos 70 trabalhos 30 não trouxeram um eixo metodológico norteador claro, isto sem adentrar no mérito qualitativo de suas análises, se possuem a profundidade própria de tais correntes ou se são meras especulações epistemológicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percebermos como se dá a implementação e os fatos que circundam o GTTP, bem como a constituição da Educação Física<sup>4</sup> (EF) como campo epistemológico e a política pública como campo de investigação científica, podemos traçar paralelos que nos permitem compreender melhor o movimento em torno da consolidação e do amadurecimento das pesquisas em política pública de esporte e lazer.

---

<sup>4</sup> Traremos à tona o termo educação física por compreendermos que ele representa não apenas uma importante área de investigação científica, bem como pela raiz histórica que a aproxima do CBCE. Nesse aspecto, partimos da premissa que compreender o GTTP é também compreender uma parte importante da história da educação física, até porque este GTT não trata especificamente do esporte e do lazer, e sim, Educação Física, Esporte e Lazer.



Sobre as aproximações entre a PP e a EF como campo de investigação científica podemos considerar que: a) ambas são campos de investigação relativamente novos (subdisciplinas); b) essas duas áreas do saber passaram ou ainda passam pela necessidade de legitimação epistemológica; c) há polissemia teórico-metodológica (ausência de referencial); d) observam-se estudos horizontais/superficiais; e) especificamente na PP ainda presenciamos a forte dependência da agenda governamental.

Por se tratar de um estudo que, embora finalizado naquilo que se propôs (análise da produção do GTTPP de 2009 e 2011), tende a ser ampliado com outros Conbraces analisados, novos dados podem emergir da continuidade da coleta e enriquecer as análises. Por ora, corremos o risco de tentar categorizar e analisar pesquisa de terceiros. Outro atenuante que precisa ser exposto é que a nossa pesquisa reconhece que, a julgar pelas características de um trabalho de comunicação oral que emerge dele, os anais, objeto deste estudo, trazem também as consequências de uma análise que não representa cada um desses estudos em sua forma original, tendo em vista, sobretudo, a dificuldade de espaço que um artigo impõe.

Não obstante a essas questões, concordamos com a perspectiva de que os GTTPP têm cumprido o seu papel de legitimador do conhecimento nessa área, mas que, devido às questões próprias de um subcampo que está em consolidação, efetiva-se também no aprendizado com as fragilidades marcantes em todo processo de crescimento e desenvolvimento.

Como proposição, concordamos com Húngaro et al (2009) de que é preciso que o comitê editorial do CBCE, especificamente no GTTPP, defina com mais clareza os critérios básicos preconizados nos artigos submetidos, o que, do nosso ponto de vista, pode ser feito mediante um processo de coeducação entre ambas as partes, instituição e pesquisadores. De igual modo, acrescentamos a necessidade de acompanharmos mais de perto as seguintes reflexões: como os trabalhos têm sido elaborados? Quais métodos temos utilizado nesse campo de estudo? Quais metodologias temos disponíveis? Temos dialogado com o subcampo de política pública nas ciências sociais, políticas, entre outras? Como os países desenvolvidos no campo científico têm trabalhado essas questões do ponto de vista metodológico? Enfim, essas são algumas ponderações necessárias ao desenvolvimento da área e para a qual pretendemos dar a nossa parcela de contribuição.



## RESEARCH METHODOLOGIES IN PUBLIC POLICY FOR SPORT AND LEISURE: REVIEWING THE CONBRACE 2009, 2011, 2013 AND 2015

### ABSTRACT

*This study is part of extensive research that has the purpose to trace an overview of methods and methodologies of research in Public Policy for sport and leisure (PPEL). Specifically, based on documentary research guidelines, the study in question has mapped the types of research methodologies available in published works on GTT public policy CONBRACE of Salvador and Porto Alegre 2009-2011 with views to reflect how these paths collaborate to the understanding of the public policy of sport and leisure.*

*Keywords: research method; public policy; sports; leisure.*

## METODOLOGÍAS DE INVESTIGACIÓN EN POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EL DEPORTE Y OCIO: REVISIÓN DE LA CONBRACE 2009, 2011, 2013 Y 2015

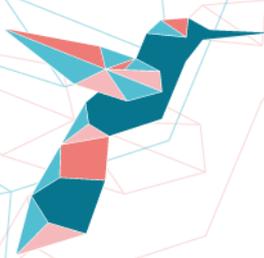
### RESUMEN

*Este estudio forma parte de una amplia investigación que tiene el propósito de trazar un panorama de los métodos y metodologías de investigación en políticas públicas para el deporte y el ocio (PPEL). En concreto, basado en las directrices de la investigación documental, el estudio en cuestión ha cartografiado los tipos de metodologías de investigación disponibles en trabajos publicados en las políticas públicas GTT CONBRACE de Salvador y Porto Alegre 2009-2011 con vistas a reflexionar cómo colaboran estos caminos a la comprensión de la política pública del deporte y el ocio.*

*Palabras clave: método de la investigación; políticas públicas; Deportes; ocio.*

### REFERÊNCIAS

- AMARAL, S. C. F; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 31, n. 1. Campinas: Autores Associados, 2009.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização de um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n.51, fev. 2003, p. 07-10.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CBCE. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/gtt-detalle.php?id=9>. Acesso em: 04 abr. 2015.



DA ROSA, R. L. e MEZZADRI, F. A produção acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Ano 16, n. 155, 2011.

Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd155/a-producao-academica-em-politicas-publicas-de-esporte.htm>. Acesso em: 22 abr. 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Gil, A. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. - 6. ed..São Paulo: Atlas, 2008.

HÚNGARO, E. M.; OLIVEIRA, B. A. de; CUSTÓDIO, M. L.; DAMASCENO, L. G. Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In: HÚNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. L. de (Org.). *Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas*. Santo André: Alpharrabio, 2009, p. 93-124.

<http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/redeCedes.jsp>. Acesso em: 10 ago.2009.

LINHALES, M. A.; PEREIRA FILHO, J. R. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. In: GOELLNER, S. V. *Educação Física / Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In Sergio Miceli (org), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*: Ciência Política, Sumaré: Capes, 1999.

TOMANIK, E. A. *O olhar no espelho: conversas sobre pesquisa em Ciências sociais*. 2.ed. rev. Maringá: Eduem, 2004.

SOUZA, C. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Comunicação apresentada no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política/Mesa redonda: Perspectivas da Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. Niterói. Jun. 2002.

STAREPRAVO, F.. *Esporte, Política e Ciência: a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil*.Curitiba: CRV, 2013.

TRIVINOS, A.*Introdução a pesquisa em ciências sociais:a pesquisa qualitativa em educação*. SP: Atlas, 1987.